



A escola como segunda oportunidade: impactos da EJA na vida de sujeitos em processo de retomada educacional.

Ana Luiza da Silva Lima¹, Ayra Geovâna Soares dos Santos², Hânia Luiza Dias do Nascimento³, Merlliany Vitória da Silva Lima⁴, Ruben Martins de Barros⁵, Madson Francisco da Silva⁶.

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

² Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

³ Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

⁴ Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

⁵ Aluno do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

⁶ Professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

luizadasilvaanny@gmail.com , ayrageovanasoaresdossantos397@gmail.com,
hanyaluiza92@gmail.com , merllianyvitorialima@gmail.com ,
rubenmartinsbarros@gmail.com , profmadson10@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a Educação é um direito de todos os cidadãos, visando também que é dever do Estado e da Família incentivar e promover com a colaboração da sociedade o acesso pleno a este direito, para o preparo da cidadania e a qualificação de trabalho, assim como consta no Artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988, Art. 205).

Além disto, no Artigo 208, nos é mostrado que a Educação será efetivada mediante a garantia de que o ensino básico será ofertado de forma gratuita e obrigatória a partir dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo aqueles que não tiveram acesso a este direito na idade própria. Fazendo com que seja assegurado a garantia do acesso à Educação e a aprendizagem ao longo de toda a vida, independentemente da idade.

Historicamente, uma boa parte da população brasileira, foi negada de ter acesso a escolarização, de forma que o limite de oportunidades ficasse cada vez menor, consequentemente afetando a vida social e familiar do indivíduo. Principalmente, aqueles que por outros motivos tiveram que abandoná-la para poder ajudar financeiramente seus familiares, reforçando mais uma vez, os ciclos da desigualdade social e consequentemente a exclusão social.

Sobre a liberdade e o direito de escolarização ao educandos, Freire (1987, p. 40) afirma que:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo



como uma realidade ausente dos homens. A reflexão sobre os homens deve considerar sua inserção no mundo, como seres históricos, que se constroem nas relações sociais e na busca de sua humanização.

A partir disto, criando pontos importantes para a EJA que devem ser discutidos, pontos aqueles que devem ser voltados para uma educação de qualidade, a busca ativa de pessoas que necessitam e querem terminar a Educação básica, a valorização de experiências de vida dos educandos, o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e a garantia de condições adequadas para sua permanência e aprendizagem, contribuindo para sua formação de forma contínua.

Dito isto, o presente artigo, tem por base uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, visando discorrer pontos específicos sobre a EJA e seus deveres e direitos, bem como compreender de que forma esta modalidade contribui de maneira significativa para oportunidades na vida do estudante e consequentemente os desafios enfrentados aos alunos que voltam para o espaço escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem de natureza qualitativa, tendo como objetivo compreender e interpretar os fenômenos sociais, educacionais e culturais relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as experiências e vivências dos sujeitos envolvidos nesse processo. De acordo com Yin (2015), a pesquisa qualitativa possibilita a análise de fenômenos em seus contextos reais, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

Além disso, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, sendo construída a partir da análise de livros, artigos científicos, revistas e documentos oficiais. Esse tipo de abordagem permitiu a fundamentação teórica do estudo e a ampliação do conhecimento acerca da temática. Conforme Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador o contato direto com produções já existentes, contribuindo significativamente para a construção do conhecimento científico.

Foram considerados documentos legais que orientam a educação no Brasil, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), os quais asseguram o direito à educação para jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada. Ademais, foram utilizadas contribuições teóricas de autores como Paulo Freire, que compreende a educação como prática de liberdade e transformação social.

No desenvolvimento da análise, buscou-se identificar e discutir os principais desafios e oportunidades da EJA, com ênfase na permanência escolar, na inclusão educacional, nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas adotadas nessa modalidade. Também foram consideradas estratégias que favorecem a permanência dos estudantes, como a valorização de suas experiências de vida, a utilização de metodologias ativas, a formação continuada de professores e a flexibilização do ensino, respeitando as especificidades do público atendido.



Por fim, os principais descritores que nortearam a pesquisa foram: Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusão educacional, permanência escolar, evasão escolar, políticas públicas educacionais, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A EJA é a modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade esperada. De acordo com Souza (2012, p. 09):

Podemos dizer que, nos dias atuais os principais programas de EJA atendem a jovens que não concluíram os estudos no tempo regular e também a pessoas adultas que desejam ampliar sua escolaridade. No meio rural, também existem projetos voltados à alfabetização, tendo em vista que o analfabetismo é uma realidade expressiva nas regiões brasileiras.

A partir disto, podemos observar que esta modalidade não é algo recente, ao olharmos para a constituição federal de 1988, percebemos que foi um marco bastante importante, ao que se diz na obrigatoriedade do Estado ao ofertar o Ensino Fundamental, incluindo os jovens e adultos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96 traz em seu texto as seguintes considerações sobre a EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos

Surgindo como um instrumento transformador ao oferecer segundas chances educacionais a indivíduos que, por diversas situações socioeconômicas, migratórias ou laborais, interromperam seus estudos na idade regular. Essa modalidade não se limita à mera alfabetização ou programação de conteúdos curriculares; ela promove uma ressignificação da trajetória pessoal, permitindo que os educandos visualizem horizontes antes inalcançáveis.



Estudos como os de Di Pierro (2007) destacam que a EJA fomenta a autoconfiança e a agência individual, ao passo que pesquisas recentes, como as do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2022), revelam que os egressos da EJA apresentam taxas de 25% superiores de inserção no mercado formal de trabalho em comparação a não matriculados, evidenciando como o acesso à educação básica e média nessa fase da vida catalisa mobilidade social.

No âmbito das oportunidades profissionais, a EJA atua como ponte para qualificações técnicas e superiores, integrando-se a políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Minha Casa, Minha Vida, que exigem mão de obra desenvolvida. Ao concluir etapas da educação formal, os participantes obtêm acesso a certificações que validam competências adquiridas informalmente, como no caso de trabalhadores rurais ou independentes que, por meio da EJA, obtêm diplomas equivalentes ao ensino médio, abrindo portas para cursos profissionalizantes em áreas como agropecuária, saúde e tecnologia da informação.

Além dos ganhos econômicos, a EJA contribui para oportunidades existenciais mais amplas, como o empoderamento cívico e familiar. Educandos frequentemente relatam, em depoimentos coletados em pesquisas etnográficas (Oliveira, 2021), uma maior participação em conselhos comunitários e eleições locais, além de melhorias na mediação de conflitos familiares e na orientação na educação de seus filhos.

Essa dimensão holística da EJA, alinhada aos princípios da educação popular de Paulo Freire, reforça a cidadania ativa, permitindo que os indivíduos reescrevam narrativas de exclusão em histórias de protagonismo. Assim, compreender a Educação de Jovens e adultos como geradora de novas oportunidades de vida, exige uma visão integrada, que contemple não apenas análises quantitativas de empregabilidade, mas também os impactos qualitativos na qualidade de vida.

Porém, ao confrontarmos esses direitos com a realidade vívida pelos estudantes, verifica-se que nem tudo se concretiza como esperado. Em certos contextos, a modalidade da EJA é frequentemente supervisionada pelas autoridades, o que resulta na ausência de atenção e recursos financeiros. Isso se torna praticamente “invisível” aos olhos de quem desconhece sua relevância fundamental para jovens e adultos que dela brilham.

Dentre os principais obstáculos enfrentados, destacam-se as altas taxas de desistência e evasão escolar, agravadas pelas deficiências de verbos que comprometem até mesmo a segurança dos frequentadores, o transporte escolar essencial para muitos, os horários inflexíveis para quem trabalha e, sobretudo, o suporte psicossocial. Esses fatores prejudicam o aprimoramento do conhecimento e do processo de aprendizagem desses indivíduos.

Além disso, Silva (2023), ao examinar o histórico de exclusão sofrida pelos alunos da EJA, reforça a urgência de práticas pedagógicas que valorizem as vivências prévias desses sujeitos, muitas vezes marcadas por reprovações, preconceitos e trajetórias interrompidas. Superar a evasão, nesse sentido, exige abordagens que acolham essas particularidades em cada itinerário formativo.



Portanto, pensar em Educação é considerar as experiências singulares de cada aluno, estabelecendo conexões entre o que ele já domina e os conteúdos a serem explorados. Santiago et al. (2023) enfatizam que essa desconexão entre os temas escolares e a realidade dos estudantes é um elemento decisivo para o abandono. A falta de práticas contextualizadas, que integram o saber científico à rotina diária, prejudica a construção de significado em torno do conhecimento escolar, distanciando o aluno da instituição.

Sua importância assume um peso decisivo na existência dessas pessoas, pois o ensino transcende o mero aprendizado de ler e escrever: ele incide diretamente na formação integral, na compreensão dos deveres cívicos, no desenvolvimento como ser humano inserido em uma sociedade em constante transformação – muitas vezes sem alertas avisos –, e no reconhecimento de sua própria identidade e potencialidades para enfrentar os desafios do mundo.

CONCLUSOES

Em Síntese, a pesquisa realizada nos demonstra que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma modalidade que transforma a vida de quem faz parte dela, garantindo seus direitos constitucionais, promovendo a movimentação no meio social por meio das oportunidades educacionais oferecidas. Alinhada a Pedagogia dos autores que foram considerados na pesquisa, principalmente a Pedagogia Freiriana, onde ela ressignifica as trajetórias de exclusão.

De modo que eleve sua autoconfiança, aumente a cidadania ativa e a empregabilidade, conforme evidenciado pela análise bibliográfica, os achados reforçam a relevância e a importância da EJA para a inclusão destes estudantes no meio social, de forma que sejam integrados as suas experiências de vida juntamente com práticas pedagógicas que as valorizem. Contribuindo também para a ampliação do acesso às qualificações profissionais o seu empoderamento familiar.

No entanto, os desafios ainda podem persistir, principalmente nas altas taxas de evasão escolar, na falta de recursos apropriadas, horários inflexíveis, agravados pela invisibilidade da modalidade. De fato, trazendo este olhar aprofundado a estes desafios, onde na maioria das vezes, a sua base vem do preconceito que muitos ainda tem sobre a Educação popular, trazendo ainda mais dificuldades e empecilhos para os que buscam sua escolarização adequada.

Diante desta realidade apresentada, não negamos o fato de que há uma necessidade de melhoria para os alunos da EJA, uma busca ativa para que a educação seja ofertada da maneira correta e que alcance todos os objetivos para uma boa formação dos alunos, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, valorização das experiências de vida dos estudantes e políticas públicas que atendam às suas reais necessidades.



Além disto, queremos valorizar a urgente de uma ação coletiva de educadores, gestores e da sociedade para superar os obstáculos que se fazem presente, Devemos valorizar a Educação de Jovens e Adultos, como um meio de promoção da liberdade e igualdade. Assim, reforçamos seu potencial transformador, criando caminhos para uma cidadania plena e inclusiva, onde cada jovem e adulto encontre não apenas a alfabetização, mas também o poder de reescrever sua história.

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Governo Federal Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília: Governo Federal, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Básica 2022: resumo técnico. Brasília: INEP. 2022.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1967.
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas. 2010

SANTIAGO. A. C. COSTA, J. R A; CRUZ, J. F. Desafios e estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Recife: UNIBRA, 2023



SILVA G. L.R Educação de jovens e adultos e Psicologia Histórico-Cultural a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores jovens e adultos. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 15, n. 1, p. 255-273. 2023

SOUZA, M. A. Educação de Jovens e Adultos: Curitiba Inter: Saberes, 2012. YIN, Robert K Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. Ed Porto Alegre: Bookman, 2015